

TERRITÓRIOS VIVIDOS NO CONTEXTO DA PROTEÇÃO AMBIENTAL, UMA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL¹

TERRITOIRES VÉCUS DANS LE CONTEXTE DE LA PROTECTION DE L'ENVIRONNEMENT, UN PROBLÈME SOCIO-ENVIRONNEMENTAL

Elvira de PAULA²

RESUMO

Compreender o território designado para criação de uma Unidade de Conservação (UC), quando este já se encontra habitado, nem sempre é uma tarefa fácil, devido ao grau de complexidade que a questão conservação/sociedade apresenta. É a partir desse enredo que propomos apresentar este artigo, destacando a situação dos moradores que acabaram de inserir-se na delimitação territorial do Parque Nacional do Catimbau (PN-Catimbau), em Pernambuco. Contudo, vale ressaltar que as informações aqui expostas são fruto de pesquisa de campo realizada no período de 2009 a 2010, um pouco antes da escolha dos membros para criação do Conselho Consultivo do Parque, podendo, desta forma, não corresponder ao quadro atual que a área apresenta. Naquele momento, as pessoas do território se encontravam apreensivas com a ideia de terem que abrir mão de suas histórias de vida, das práticas sociais construídas por/para aquele ambiente. São pessoas que possuem forte ligação com seu espaço de vida e vivido, uma vez que se trata de espaços com um valor simbólico significativo, de heranças baseadas em conhecimentos empíricos e que acabaram constituindo, também, identidades com seu território. Esses grupos sociais estão distribuídos entre os municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, dentro do limite do PN-Catimbau, dispostos em pequenos grupos de habitantes, em que é possível encontrar fortes laços de parentesco e vizinhança, a maioria de pequenos posseiros ocupados com o trabalho agrícola em pequenos pedaços de terra e em muitos casos sem documentação oficial, ou seja, sem escrituras que comprovem a veracidade de serem donos dessas terras que ocupam.

Palavras-chave: Território; Habitantes; Áreas Protegidas.

RESUMÉ

Comprendre le territoire désigné pour la création des lieux protégés, ce n'est pas toujours facile à cause surtout de la complexité pour ce qui est de la conservation de l'environnement et de la société. On met en évidence la situation des habitants à l'intérieur des limites du Parc National du Catimbau (PN-Catimbau), au Pernambouc, Brésil. De la même façon, on dit que les informations ici utilisées ont été collectées au cours de la période 2009-2010 pour la recherche de Master en Géographie, avant l'installation des membres du Conseil Consultif du Parc; de ce fait, peut-être que ces informations ne correspondent plus totalement à l'actualité du territoire. Au moment des entretiens, les

¹ Parte da dissertação de mestrado "A (Des) Territorialização do Parque Nacional do Catimbau-PE", defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE.

² Doutoranda em Geografia pela Université de Pau et des Pays de l'Adour. Bolsista CAPES pelo Programa doutorado pleno.

habitants du territoire avaient peur de perdre leur culture, leurs biens et leurs expériences de pratiques sociales. Il s'agit de personnes qui ont un vécu et une forte liaison avec l'espace de vie symbole de leur identité territoriale. Ces groupes sociaux sont distribués parmi les municipalités de Buíque, Tupanatinga et Ibirimir, à l'intérieur des limites du PN-Catimbau. Ils sont d'ailleurs disposés en de petits groupes d'habitants où il y a des liens de familles et voisins, la majorité desquels sont de petits « posseiros » qui s'occupent du travail agricole en des petites portions de terre dont la majorité des gens n'a pas les actes de propriétés des terres dont ils occupent.

Mots clés: Territoire; Habitants; Lieux Protégés.

1. NOVA TERRITORIALIDADE PARA O PARQUE

O Parque Nacional do Catimbau (PN-Catimbau) está localizado, em uma área de transição Agreste/Sertão, no Semi-Árido do estado de Pernambuco (Figura 1), com forte potencial representativo do bioma Caatinga, somando-se a isso a riqueza geológica e arqueológica dos sítios encontrados no local.

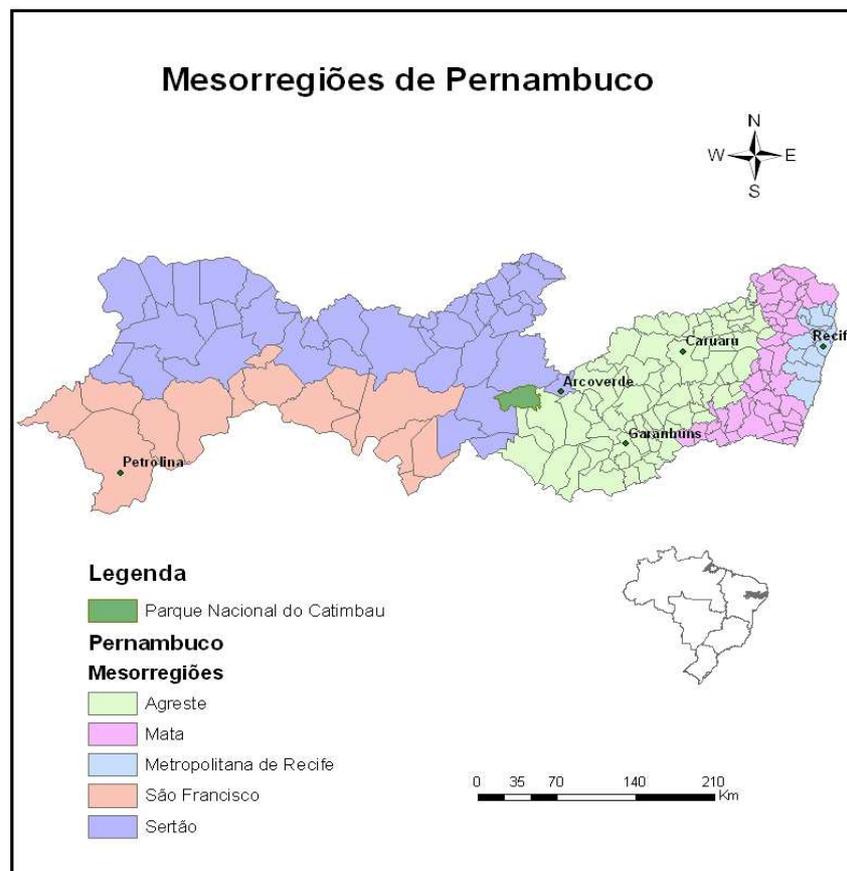


Figura 1: **Mesorregiões de Pernambuco**
Fonte cartográfica: ZAPE e ICMBio, 2009. Elaborado pela autora

Os primeiros passos para a criação da Unidade de Conservação (UC) aconteceram no *Workshop* “Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade do bioma Caatinga”, realizado na cidade de Petrolina, em 2000. Naquele momento, foram levantados pontos relevantes para que fosse feita, naquela região, uma intervenção no sentido de conservar a biodiversidade existente, já que o local foi considerado como “Área de Extrema Importância Biológica” (SNE, 2002).

Uma vez criado, em 2002, o PN-Catimbau passou a exercer uma territorialidade de acordo com as normas da política territorial na qual ele estava inserido, visto que a realização dessa política passa por “processos de normatização” (VALLEJO, 2005), que servem de guia para sua execução, buscando, como finalidade principal, a conservação ambiental da área para ele delimitada; ao mesmo tempo em que passou a associar paisagem e território, haja vista que a institucionalização das paisagens acompanha e reforça os territórios políticos (DI MÉO, 1998).

Do ponto de vista físico, para se chegar ao Parque, o principal caminho passa pelo município de Buíque, até à Vila do Catimbau, em estrada de terra; os seus principais atrativos estão distribuídos em 10 trilhas ecológicas, possíveis de serem visitadas mediante o acompanhamento de um guia local contratado na Associação de Guias de turismo do Catimbau (AGTURC), localizada na praça da própria Vila, ou por outro acesso, feito pela Vila do Carneiro, também em estrada de terra chegando no sítio arqueológico do Alcobaça – um paredão com inscrições rupestres.

Pelas características acima citadas, o lugar atrai um número considerável de pesquisadores para investigações científicas nos diversos campos, visto que se trata de uma amostra do bioma Caatinga em uma área com potencial geológico, arqueológico, de fauna e flora e paisagem exuberante. Ao mesmo tempo, o turismo praticado na área movimenta parte da economia local, embora não seja tão expressivo, pois mesmo que a atividade turística seja uma forma de obtenção de ganhos econômicos para os moradores, a maioria dos envolvidos com o turismo no local possui outra fonte de renda.

A partir da criação do PN-Catimbau, as autoridades competentes vêm fazendo esforços junto aos diversos segmentos da sociedade em prol da preservação e conservação do Parque. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido até que a área esteja de fato de acordo com o que prega a teoria de uma Unidade de Conservação.

Essas ações vêm, portanto, constituindo uma nova territorialidade – a institucional – a qual termina superpondo-se sobre territorialidades anteriormente existentes, a exemplo da dos habitantes da área.

2. (DES) TERRITORIALIZAÇÃO: UMA PROBLEMÁTICA SOCIAL

Sabe-se que a criação de Unidades de Conservação (UC), ao mesmo tempo em que possui a finalidade de proteção ambiental de uma determinada amostra da biodiversidade, possui também impacto social quando instituídas em áreas historicamente já habitadas,

As Ucs são territórios regidos por normas associadas a determinados objetivos implícitos aos atos administrativos de tal criação. O Estado estabelece um conjunto de regras e limites para as atividades internas e externas buscando-se o estabelecimento de uma ordem territorial que contribua na preservação de perpetuação dos atributos naturais. No caso dos parques essas regras e limites tendem a ser mais rígidos por se constituírem em áreas de posse e domínio públicos estando sujeitas a desapropriação. (VALLEJO, 2005, p. 33).

No Brasil, embora a UC seja estabelecida por regras institucionais, a questão social nos seus territórios se apresenta como um problema quase que “típico”. Isso porque grande parte das áreas protegidas com características de uso indireto a exemplo dos parques nacionais possui habitantes em seu interior e/ou às suas proximidades, mesmo que isto não seja uma regra. Cattaneo (2004) realizou um estudo sobre o tema, que teve por base a identidade territorial de famílias habitantes em UC, chamando a nossa atenção para os diversos problemas nessas áreas. Assim, segundo o autor:

É notoriamente sabido que quase a totalidade destas unidades tem moradores em seu interior, e quando não os tem os impasses passam a se refletir na comunidade do entorno, que muitas vezes é diretamente afetada pelas políticas e planejamentos orientadores de sua criação e implementação. Deste modo, aparecem impasses relativos ao uso do solo, à atividade agropecuária e extrativa, à utilização dos recursos hídricos, à caça, pesca e exploração vegetal, a construção de moradias ou benfeitorias e, claro, à própria permanência da população. (Ibidem, p. 62-63)

As considerações do autor são relevantes para se entender como os referidos impasses podem ocorrer. No entanto, a solução para esses problemas, quase sempre é muito demorada; e, em muitos desses territórios protegidos, as populações que passaram a ser parte integrante dessas áreas delimitadas, têm cessadas suas atividades, às vezes completamente. Essa situação pode se revelar como uma “perda simbólica do território, em função das restrições e repressões ao seu modo de vida. Há de certa forma uma (des) territorialização desses habitantes, mesmo que continuem vivendo no mesmo lugar” (Ibidem 2004, p. 73). Trata-se de um problema que interfere na maneira de viver e de se comportar desses grupos sociais, visto que a regulação descaracteriza, de certa forma, o modo de vida das pessoas. Todavia, segundo algumas pessoas entrevistadas “continua

tudo do mesmo jeito”, enfatizando que os moradores não conseguem seguir as orientações do que pode e do que não pode ser feito em uma UC, em função das suas próprias necessidades de vida. Segundo um entrevistado, no seu próprio território:

O homem que tá ali, nasceu e cresceu explorando a terra, da mesma forma que fazia seu avô, seu pai, e será da mesma que vai ensinar para seus netos. Em busca de subsistência eles vão desmatar, para queimar e fazer carvão. São pessoas que armam armadilhas para caça de pequenos animais, como preá, cassaco³, teju... para se alimentar. É uma cultura difícil de reverter, e não será com uma reunião de conscientização que muda, quem sabe até mude quando mudar a geração. (Entrevista com morador, concedida em janeiro 2009)

A fala do entrevistado acima enfatiza o modo de vida das pessoas, reforçando sua territorialidade construída com base em heranças, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de se fazer criar um ambiente de conscientização, principalmente para os mais jovens.

Para os habitantes do interior do PN-Catimbau, os primeiros momentos de contato com o Parque foram tensos, e ainda o são. Porém com menos intensidade, haja vista que, passados alguns anos após a sua criação, houve alguns avanços no que diz respeito ao relacionamento entre ambos. Siqueira (2006) apontou para a dificuldade de relacionamento e comunicação que existia no início da criação do Parque. Entretanto, um passo importante nesse sentido foi dado com a criação do Conselho Consultivo do Parque, que terá, pelo menos teoricamente, a oportunidade de juntar sociedade civil e política para discutir, em conjunto, assuntos inerentes à UC.

Na pesquisa de campo, no momento das entrevistas que realizamos com habitantes locais, ainda foi possível encontrar pessoas que não se acham informadas sobre o que acontece na área, a maior parte delas residindo em localidades mais distantes da Vila do Catimbau (um ponto, considerado por nós, estratégico, pois é lá onde “tudo acontece”). Por outro lado, existem aqueles que se consideram informados porque foram em busca das informações; e, por fim, encontramos os que se consideram informados porque participaram das reuniões acontecidas em seu território. Segundo um morador:

Nem tudo estamos sabendo, mas o que sabemos é porque procuramos. Passamos muito batido nisso, não sabíamos o que acontecia, foi por nós mesmo, senão, não sabíamos de nada (Entrevista com morador entrevistado em 2010).

As pessoas não acreditam haver organização social da parte delas, na busca por melhores condições de moradia em um lugar futuro. Porém, muitas disseram querer

³ Cassaco ou timbu são nomes populares para um tipo de gambá comum na região.

participar das conversas e decisões para o lugar, como forma, também, de se informar sobre o que acontece “uma pessoa não informada não vai para lugar nenhum. Tem que ficar atualizado das coisas do que pode e do que não pode” (fala de um outro entrevistado, 2009). Há um grupo que diz “estar se organizando, mas para que não aconteça” a saída deles da área. Isso porque eles estão pretendendo investir em educação ambiental entre eles mesmos, visando abranger as comunidades próximas, onde o objetivo é buscar meios de ajudar na conservação do Parque.

Durante as entrevistas realizadas, foi percebido que boa parte do pessoal se acha de certa forma engajada na conservação. Porém, de acordo com a visão relativa à conservação que possuem, houve relatos de gente que disse não fazer mais “broca⁴” em seu terreno de plantação.

É sabido, portanto, que as técnicas de queimada e retirada de lenha do local foram proibidas, mas que ainda é possível encontrar a prática dessas atividades mesmo que em menor escala. Para alguns moradores, essa proibição é um ponto considerado positivo, pois dizem ter sido melhor assim, haja vista que as queimadas desenfreadas que existiam antes da chegada do IBAMA incomodavam todos com a grande fumaça que provocava. Foi-nos dito que, hoje, há uma prática de queimada controlada.

3. A QUESTÃO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO

As expectativas em torno da futura desapropriação da área tornam-se, na maioria das vezes, pessimistas, face à incerteza quanto ao futuro de suas moradias e do seu trabalho e, com isso, conseqüentemente, há uma mudança em suas vidas. Os moradores acreditam que ela pode acontecer, porém, contra a vontade deles, havendo quem diga que “só se for na lei do apulso, tô acostumado com o lugar, não tem violência. Eu fui criado aqui e o lugar é bom”. Outros que não compreendem a postura do Governo indagando “como pode tirar o povo e levar para outro lugar, só sai se for o jeito. Tem gente que só tem uma casinha.”. Outro morador parece conformado com a situação e questiona “Quem pode mandar no governo?”, foi possível encontrar, também, pessoas dispostas a contribuir com a conservação, achando-se dispostas a conviver com o Parque, alegando querer “se educar para conviver com o Parque”, maneira vista como uma solução para evitar uma possível retirada do lugar.

⁴ Nome dado à prática de cortar e queimar a lenha quando se faz a limpeza do terreno para o “preparo” da terra antes da plantação.

Quando se trata dos valores das possíveis indenizações, se assim acontecer, muitos proprietários se acham divididos, fazendo projeção do que seria melhor para eles, se seria melhor receber dinheiro (ser indenizado) ou ser reassentado (relocado) em outro local. Segundo quase a totalidade dos pequenos proprietários entrevistados, o melhor seria receber dinheiro, pois assim terão a oportunidade de comprar uma terra que possa oferecer melhores condições de moradia, com água e luz elétrica, para melhor realizar o trabalho agrícola. Estes pensam que se a terra for dada, não se tem a certeza de que seria um bom lugar para viver e para o desenvolvimento de seus cultivos. A terra “tem que ser boa e produtiva” (fala de um entrevistado, em 2009), “Dinheiro para comprar em outro canto que seja bom. Só não quero ir morar na rua⁵, não dá tem muita gente. Terra dada não se sabe o que vai dar” (fala de um entrevistado, em 2009). Por outro lado houve quem dissesse que “terra em outro lugar seria melhor, desde que tivesse água e energia, porque dinheiro se acaba”. Como se pode perceber as opiniões são diversas, cada pessoa busca projetar o que venha a ser melhor para si. Mas, todos projetam melhores condições de vida, uma vez que para a maioria, “se for para sair que seja para um lugar melhor” (fala de um entrevistado, em 2009).

Percebeu-se também certa tristeza no semblante das pessoas no momento em que fizeram projeções sobre uma possível saída do local. Houve pessoas que não queriam pensar nessa hipótese, pensando no que seria a vida longe dos familiares que moram próximos e dos vizinhos que são antigos. Esse foi também um traço marcante quando foram apontadas as expectativas de futuro. Em conversa com a pessoa responsável pela gestão do Parque, abordando sobre a desterritorialização, foi dito que:

[...] a desapropriação não é imediata para os pequenos, existe anseio de que os maiores sejam os primeiros a serem contemplados, isso porque são eles os maiores detentores de áreas com grande maciço que necessita de conservação. Para os pequenos o processo é demorado. A demora se dá principalmente por causa dos recursos que são poucos.” (Entrevista concedida pelo gestor do Parque, em 2009).

A opinião do gestor do Parque expressa a pretensão de que as maiores propriedades sejam as primeiras a serem indenizadas, face à emergência em se fazer conservar essas áreas, e por serem em menor número, se comparadas às dos pequenos proprietários. Assim, existe a questão dos pequenos proprietários que são em maior número, o que configura uma maior dependência por verbas governamentais, demonstrando de certa forma um cenário de lentidão.

⁵ Os moradores de pequenos povoados quando fazem referência à parte central do município a denominam de rua.

Quanto ao que será feito das pessoas/famílias presentes no Parque, o Conselho Consultivo poderia ser a ferramenta principal para que seja decidido o futuro que terão, pois:

[...] eles é que irão decidir o que será feito, uma vez que faz parte do conselho está próximo às pessoas para que elas decidam em conjunto o que querem. É uma proposta de trabalho horizontal.” (Entrevista concedida em 2009).

Ficam explícitas as expectativas ao nível, sobretudo, do pensar, com relação ao funcionamento do conselho consultivo, já que este poderá ser uma das formas de diálogo travadas entre as esferas envolvidas, na busca, também, por soluções mais profundas. Além do que busca ser um espaço em que os indivíduos trabalhem com igualdade.

Com relação aos plano(s) e proposta(s) de retirada/desterritorialização dos moradores da área, não existe nada de concreto por enquanto, conforme já foi dito, para que isso aconteça; o que está dependendo de verbas as quais ainda não estão disponíveis. Mas existe, em conjunto com isso, outro ponto que diz respeito à escolha dos moradores sobre o que eles vão optar para suas vidas futuras,

Se os moradores optarem por reassentamento (relocação) existe uma proposta de acompanhamento desse pessoal, assim como de formular junto com eles o que eles querem [momento do conselho]. Pois não adianta planos sem que eles queiram, não adianta ideias exportadas de outros lugares que não diz respeito com a realidade do lugar, é preciso que eles se identifiquem com o que eles mesmos irão propor. A ideia é de não deixá-los sem acompanhamento. (Entrevista concedida pelo gestor do Parque, em 2009).

Porém, essa condição só seria possível dependendo da opinião deles, conforme apresentado acima, uma vez que “para algumas pessoas o viável seria a relocação para áreas mais próximas do território do qual atualmente fazem parte. Se receberem indenização em dinheiro, ficará mais difícil fazer um acompanhamento do processo, pois não se sabe aonde irão se localizar” (Entrevista concedida pelo gestor do Parque, em 2009). No entanto, as reais perspectivas de inclusão em outra área só vão depender da escolha dos moradores “caso optem por relocação. É cogitada uma parceria com o INCRA pela qual poderão receber assistência técnica, o que poderia garantir, também, melhor qualidade dos seus produtos”.

Como visto, as propostas e decisões sobre o território social irão depender do processo de mobilização das próprias pessoas do lugar, mediante exposição dos desejos de uma totalidade quando das reuniões do conselho consultivo. No entanto para que seus desejos sejam aceitos é fundamental que haja participação nas reuniões.

Outro aspecto relevante, em meio ao processo, ainda incerto, de desterritorialização ora apresentado, é o que diz respeito ao aumento do contingente de moradores no interior do Parque. Segundo o responsável pela gestão do Parque, esse contingente tem aumentado. Contudo, não se sabe ao certo o que tem motivado tal acréscimo. O que se percebe é que não é o imaginário do parque como um lugar de natureza exuberante e, portanto, um lugar, por excelência, capaz de promover amenidades para os problemas urbanos que têm motivado o acréscimo de moradores no Parque. Supõe-se que as questões ligadas à posse da terra e as perspectivas de instalação de equipamentos como fornecimento de energia elétrica e implementação de cisternas são atrativos para novos moradores. Ao mesmo tempo percebe-se que a criação do Parque esteja sendo vista pelos moradores do lugar como uma possibilidade de obtenção de um pedaço de chão.

CONCLUSÃO

A delimitação de áreas protegidas tem como compromisso a conservação e proteção do meio ambiente, mas acaba deixando de fora questões sociais que por ventura possam existir dentro de uma Unidade de conservação. Com o Parque Nacional do Catimbau a problemática se repete, haja vista que sua delimitação territorial conflitou com interesses de outros territórios existentes na área.

O PN-Catimbau é compreendido enquanto território por se tratar de um espaço delimitado, que se encontra associado às relações de poder, neste caso exercido pelo Poder Público. A compreensão desse território se dá a partir da análise de duas dimensões, a política, em referência à atuação do Poder Público na área, e a social, referindo-se aos moradores do lugar.

A sociedade local, disposta em pequenos grupos de habitações, encontra-se marcada por heranças que influenciam diretamente na forma de viver das pessoas, reforçando a ligação dos moradores com seu espaço de vida e vivido. Contudo, agora, isso coexiste com a incerteza quanto à sua permanência no presente território, já que para a completa implementação do Parque se faz necessária a desterritorialização daqueles habitantes da área (a saída do território).

A dimensão política faz-se presente no território compreendendo a nova territorialidade empregada no lugar com a criação do Parque. Esta territorialidade encontra-se regida por lei que aponta como principal objetivo a conservação ambiental da

área, mas que ainda não se encontra totalmente consolidada.

A desterritorialização ainda é incerta, e não há nada de concreto até o momento, pois, para que aconteça, é necessário haver uma grande quantia em dinheiro para pagamento das indenizações. Existe ainda o processo de consulta junto aos moradores para buscar, junto com eles, a melhor opção que julgarem mais positiva, ou seja, desapropriação mediante indenização, ou reassentamento, com propostas de serem acompanhados pelo INCRA.

Ao apresentarmos o presente artigo deixamos claro que se tratava de dados colhidos entre os anos de 2009 e 2010, o que pode perfeitamente não corresponder ao quadro atual da área. Contudo, é interessante remontar ao cenário existente naquele momento como forma de registro para futuras investigações mais aprofundadas que por ventura venham a ser feitas na área.

REFERÊNCIAS

- CATTANEO, Dilermando. **Identities Territorial em Unidades de Conservação:** Ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental. 2004, 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5796?show=full>. Acesso em: novembro 2008.
- DI MEO, Guy. **Geographie sociale et territoires.** Paris, Nathan, 1998.
- SIQUEIRA, Gislane. **Avaliação da Implementação do Parque Nacional do Catimbau - PE:** Uma análise do desenvolvimento sustentável na perspectiva do ecoturismo e da comunidade local. 2006, 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- SNE - Sociedade Nordestina de Ecologia, **Projeto Técnico para a Criação do Parque Nacional do Catimbau/PE** - versão final. Recife 2002.
- VALLEJO, Luiz Renato. **Políticas Públicas e Conservação Ambiental:** Territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ). 2005, 342 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br> acesso: setembro 2008.

Artigo recebido em 20/06/2013 e aceito em 20/07/2013